

# XV EXAME DE ORDEM

1ª FASE

# 3º SIMULADO



**01. Assinale a assertiva CORRETA relativa à Administração Pública, conforme a Constituição brasileira de 1988.**

- A) O prazo de validade do concurso público será de dois anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- B) O direito de greve do militar é exercido nos termos e nos limites definidos em conformidade a lei.
- C) Os secretários municipais serão remunerados através de verba fixa e variável, vedado o acréscimo de gratificação, adicional ou abono.
- D) A aposentadoria compulsória de servidor titular de cargo efetivo do Município, em autarquia, será aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

**02. Em relação à responsabilidade civil do Estado é INCORRETO afirmar:**

- A) Um ato danoso causado pelo motorista de um órgão do Poder Judiciário enseja a responsabilidade civil objetiva do Estado, desde que presentes os pressupostos de sua configuração.
- B) Com o intuito de igualar, para fins de sujeição à teoria da responsabilidade objetiva, as pessoas de direito público e aquelas que, embora com personalidade jurídica de direito privado, executem funções que, em princípio, caberiam ao Estado, a Constituição Federal de 1988 inovou abrangendo nessa regra as empresas públicas e as sociedades de economia mista que se dedicam à exploração de atividade econômica.
- C) Tema de extrema relevância tem sido relativo à responsabilidade primária e subsidiária do Estado. Assim, se o dano for causado por funcionário de empresa que executa obra e serviço público por força de contrato administrativo, a responsabilidade do Estado será subsidiária.
- D) As pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos, abrangidas pelo artigo 37, parágrafo 6 da Constituição Federal, têm o mesmo privilégio que têm as pessoas públicas no que toca à prescrição quinquenal de ações indenizatórias de terceiros em virtude de danos causados por seus agentes.

**03. A \_\_\_\_\_ permanente ou especial, deve ser criada pela Administração com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao credenciamento de licitantes.**

**A alternativa que contém a palavra que preenche corretamente a lacuna é:**

- A) empreitada.
- B) tarefa.
- C) imprensa oficial.
- D) comissão.

**04. Dos poderes da administração pública considera-se como CORRETA a afirmativa:**

- A) poder disciplinar é aquele em que todos nós, intuitivamente, temos a noção do que seja o bom costume e o mau costume.
- B) poder discricionário é o que cabe à Administração Pública apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos.
- C) poder de polícia é a atividade do Estado consistente em limitar o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público.
- D) poder normativo é o ato que encerra prerrogativa do Poder Público, com a ideia de restrição.

**05. Acerca das Autarquias, assinale a alternativa INCORRETA.**

- A) São entidades dotadas de personalidade jurídica de direito público, criadas por lei para a execução de atividades antes desenvolvidas pelo ente estatal que as criou.
- B) Possuem patrimônio próprio, impenhorável e imprescritível.
- C) Suas contratações dependem de prévio procedimento licitatório e seus servidores de aprovação em concurso público.
- D) Em razão da sua autonomia administrativa, seus atos não estão sujeitos a exame pelo Tribunal de Contas.

**06. O que acontece com o servidor estável quando o cargo que ele exerce é extinto?**

- A) Ele será demitido.
- B) Ficará em disponibilidade, sem remuneração, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- C) Ficará em disponibilidade, com remuneração equiparada a um iniciante, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.
- D) Ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.



**07. No tocante aos períodos de descanso.**

- A) se o trabalho for superior a 4 horas e não exceder 6 horas será obrigatório um intervalo para repouso e alimentação de, pelo menos, 1 hora.
- B) nos serviços permanentes de mecanografia, a cada período de 90 minutos de trabalho consecutivo corresponderá um repouso de 10 minutos, que não são computados na duração normal da jornada de trabalho.
- C) a não concessão do intervalo para repouso e alimentação gera o direito do trabalhador de receber o valor correspondente ao período, acrescido de, no mínimo, 50%.
- D) o intervalo para repouso e alimentação, em razão de sua importância para a higidez física e psicológica do trabalhador, é computado na duração normal da jornada de trabalho.

**08. A relação objetiva evidenciada pelos fatos define a verdadeira relação jurídica estipulada pelos contratantes, ainda que prevista de forma diversa em documento firmado pelas partes. Trata-se do princípio:**

- A) in dubio pro operário.
- B) primazia da realidade.
- C) eventualidade.
- D) dispositivo.

**09. As empresas integrantes de grupo econômico são, para os efeitos da relação de emprego, responsáveis pelos direitos trabalhistas dos empregados. Essa responsabilidade é de natureza**

- A) subsidiária.
- B) unitária.
- C) concorrente.
- D) solidária.

**10. O tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho, e para seu retorno.**

- A) deve ser considerado como tempo efetivamente trabalhado, limitado a 1 hora diária.
- B) é computado como tempo efetivamente trabalhado, se o local de trabalho for de difícil acesso ou não servido por transporte público, e o empregador fornecer a condução.
- C) é computado como tempo efetivamente trabalhado, se a condução for do empregador, independentemente do local onde fica a empresa.

D) é computado como tempo efetivamente trabalhado, somente quando o empregado utiliza transporte público para chegar ao local de trabalho.

**11. Com fundamento nas regras instituídas pela CLT sobre as Comissões de Conciliação Prévia, é INCORRETO afirmar:**

- A) O prazo prescricional será suspenso a partir da provocação da Comissão de Conciliação Prévia, recomeçando a fluir, pelo que lhe resta, a partir da tentativa frustrada de conciliação ou do esgotamento do prazo para a realização da sessão de tentativa de conciliação.
- B) É vedada a dispensa dos representantes dos empregados membros da Comissão de Conciliação Prévia, titulares e suplentes, até um ano após o final do mandato, salvo se cometerem falta grave, nos termos da lei.
- C) O termo de conciliação é título executivo extrajudicial e terá eficácia liberatória geral, exceto quanto às parcelas expressamente ressalvadas.
- D) A Comissão instituída no âmbito da empresa será composta de no mínimo cinco e no máximo quinze membros.

**12. Raquel, empregada da empresa Confecções Linda Morena Ltda., durante o período aquisitivo de férias, faltou 16 dias injustificadamente ao serviço. Nesse caso, considerando o disposto na CLT, a empregada**

- A) terá direito a 18 dias corridos de férias.
- B) não terá direito ao gozo de férias.
- C) terá direito a 18 dias úteis de férias.
- D) terá direito a 24 dias corridos de férias.



**13. Relativamente ao rito sumaríssimo é CORRETO afirmar:**

- A) É aplicável aos dissídios individuais e coletivos, desde que o valor da causa seja igual ou inferior a 40 (quarenta) salários mínimos.
- B) É incabível para ações contra a Administração pública direta, autárquica e fundacional, bem como contra as empresas públicas e sociedades de economia mista.
- C) Formulando o autor pedido ilíquido ou genérico, não será admitida a emenda da inicial, competindo ao magistrado extinguir liminarmente o processo sem exame do mérito.

D) O recurso será imediatamente distribuído, uma vez recebido no Tribunal, devendo o relator liberá-lo no prazo máximo de quinze dias, e a Secretaria do Tribunal ou Turma colocá-lo, imediatamente, em pauta para julgamento, sem revisor.

**14. Na audiência UNA, o reclamante não comparece, sob motivo de internação hospitalar devidamente comprovado, fazendo-se substituir por colega de trabalho que conhece os fatos alegados na reclamação e seu advogado.**

**Ainda, deixa de comparecer o representante legal da empresa, sob alegação que ficou preso no trânsito, estando presente apenas seu advogado munido de procuração e defesa. Diante do exposto, o juiz:**

- A) decretará a revelia da reclamada, com aplicação da pena de confissão quanto à matéria de fato, redesignando nova data de audiência para o depoimento pessoal das partes.
- B) determinará o arquivamento do feito, uma vez que o representante do autor não possui poderes para prestar depoimento pessoal, nem celebrar acordos em seu nome.
- C) redesignará nova data, ilidindo o arquivamento, tendo em vista a representação do reclamante por seu colega, e não implicará revelia e pena de confissão à reclamada quanto à matéria de fato, em razão do trânsito caótico, que é considerado fato notório.
- D) receberá a defesa apresentada pelo advogado da empresa e ouvirá o depoimento pessoal do representante do reclamante e suas testemunhas.

**15. Analise as proposições abaixo e assinale a alternativa CORRETA.**

- A) Segundo jurisprudência sumulada do TST, o alcance do jus postulandi das partes limita-se às Varas do Trabalho e aos Tribunais Regionais do Trabalho, não se estendendo à ação rescisória, à ação cautelar, ao mandando de segurança e aos recursos de competência do TST.
- B) O princípio do impulso oficial nas execuções trabalhistas é aplicável somente às ações trabalhistas típicas, ou seja, aquelas em que se discutem créditos advindos de relações de emprego.
- C) O acordo homologado judicialmente tem força de decisão irrecorrível, transitando em julgado na data de sua homologação, exceto em relação à Previdência Social, quanto às contribuições que lhe forem devidas, passível somente de ação rescisória.
- D) O princípio protetor, utilizado amplamente no direito material do trabalho, é igualmente aplicado ao processo do trabalho, tendo em vista a hipossuficiência do trabalhador, sendo desnecessária a produção de provas para deferimento

do quanto pleiteia o reclamante, bastando a apresentação de prova documental.

**16. A respeito das exceções, considere:**

- I. Quando for apresentada exceção de incompetência, abrir-se-á vista dos autos ao exceto pelo prazo improrrogável de 24 horas.
- II. As exceções de impedimento e de suspeição, bem como a de incompetência relativa deverão, em regra, ser apresentadas no mesmo momento da contestação.
- III. O réu não poderá oferecer mais de uma exceção ao mesmo tempo, por expressa vedação prevista na Consolidação das Leis do Trabalho.

**Está correto o que se afirma em:**

- A) I, II e III.
- B) III, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) I e II, apenas.

**17. Zeus, funcionário de uma empresa pública com contrato regido pelas normas da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho – ajuizou reclamação trabalhista em face da empresa para reclamar o pagamento de gratificação denominada “sexta-parte” e as suas integrações. A ação foi distribuída na 1ª Vara do Trabalho da cidade do Rio de Janeiro. O advogado de Zeus informou-lhe que o Juiz Titular daquela Vara, em outros processos análogos, rejeitou o referido pedido. Para que o processo não fosse julgado por aquele Juiz, Zeus deliberadamente ofendeu o magistrado em audiência, inclusive ameaçando-o de morte. Conforme norma expressa da CLT, na presente situação está configurada a suspeição do Juiz?**

- A) Sim, por configurar o interesse na causa por parte do Juiz.
- B) Não, porque não é caso de parentesco por consanguinidade até o terceiro grau civil.
- C) Sim, pelo risco da manutenção de sua integridade física.
- D) Não, porque o litigante procurou de propósito o motivo de que se originaria a suspeição.



**DIREITO CIVIL**  
Luciano Figueiredo, Roberto Figueiredo  
e Cristiano Sobral

**18. Assinale a alternativa CORRETA acerca da prescrição e da decadência:**

- A) A prescrição apenas poderá ser reconhecida de ofício pelo Juiz para o favorecimento de absolutamente incapazes.
- B) Assim como a prescrição, a decadência tem os seus prazos consignados em lei. Assim não é possível às partes convencionarem prazo voluntário de prescrição e decadência.
- C) Consoante o Código Civil, não corre nem prescrição e nem decadência em face dos relativamente incapazes.
- D) A morte não constitui causa de impedimento, suspensão ou interrupção da prescrição.

**19. Sobre o direito das famílias, assinale a alternativa CORRETA:**

- A) A guarda compartilhada é medida excepcional, apenas sendo possível a sua aplicação, segundo o Código Civil, acaso haja consenso entre os pais.
- B) A alienação parental poderá ser tema veiculado tanto em uma ação de guarda, de forma incidental, como de maneira autônoma, em uma demanda específica para tanto. Em um ou em outro caso, o aludido processo gozará de tramitação prioritária.
- C) Resta inviável o reconhecimento voluntário da filiação de um nascituro, bem como de um filho que já haja falecido. O ordenamento jurídico nacional apenas prevê o reconhecimento de filiação de filhos já nascidos e ainda não falecidos.
- D) Acaso o reconhecimento de filiação seja realizado mediante testamento, a revogação deste desembocará na revogação daquele, haja vista o caráter essencialmente revogável do testamento.

**20. Sobre o direito sucessório, assinale a opção CORRETA:**

- A) A capacidade para testar inicia-se, no Brasil, junto com a capacidade civil, aos dezoito anos completos.
- B) Aplicar-se-á à sucessão a lei vigente à época da partilha, segundo a regra do tempo rege o ato.
- C) O direito de representação, o qual consiste em uma mitigação ao ideal de proximidade, não se aplica à sucessão dos ascendentes. Desta maneira, a sua incidência está restrita à sucessão dos descendentes e colaterais.
- D) A cessão de herança não é permitida no Brasil, haja vista a vedação à Pacta de Corvina. Logo, por ser nula à contratação de herança de pessoa vivia, também o será à cessão de herança.

**21. Sobre os direitos reais, assinale a alternativa CORRETA.**

- A) Além das demais causas previstas no Código Civil, perde-se a propriedade por alienação, pela renúncia, por abandono, por perecimento da coisa e por desapropriação.
- B) Aquele que possuir coisa móvel como sua, continua e incontestadamente durante dois anos, com justo título e boa-fé, adquirir-lhe-á a propriedade.
- C) O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais, de modo que sejam preservados a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, salvo a poluição do ar e das águas, de acordo com a legislação especial.
- D) Transfere-se entre vivos a propriedade mediante o registro do título translativo no Registro de Imóveis. Porém, enquanto não se registrar o título translativo, o adquirente continua a ser havido como dono do imóvel.

**22. Vanessa é proprietária de uma casa e, sobre este bem, resolveu constituir usufruto em benefício de Aline. Em decorrência de um fortuito, Vanessa acaba de ser informada que o seu bem imóvel, objeto do usufruto, foi inteiramente destruído. Ainda triste com a notícia, Vanessa decide reconstruir o imóvel utilizando para tanto um crédito que possuía na caderneta de poupança, já que não havia feito seguro para o referido bem. Diante desta situação fática, é CORRETO afirmar:**

- A) Com a reconstrução da casa, o usufruto será restabelecido em face de Aline.
- B) A hipótese é de extinção do usufruto, ainda que Vanessa reconstrua a casa, sendo certo que Aline não terá direito a qualquer tipo de indenização.
- C) A hipótese é de extinção do usufruto, ainda que Vanessa reconstrua a casa, sendo certo que Aline terá direito à indenização.
- D) O usufruto será mantido tendo em vista que Aline não foi a causadora da destruição do imóvel.

**23. Acerca da cessação da incapacidade do menor de idade, é INCORRETO afirmar:**

- A) Cessa a incapacidade pelo casamento;
- B) A existência de emprego, que gere economia própria, faz cessar a incapacidade;
- C) A emancipação, que se dá por concessão do pai e, na ausência deste, da mãe, exige escritura pública;
- D) Para emancipação do menor sob tutela, é necessária sentença judicial;

**24. O princípio da boa-fé objetiva se apresenta como:**

- A) norma de conduta leal e ética aplicável às obrigações contratuais, sentido idêntico ao utilizado, em matéria de direitos reais, na classificação da posse como sendo de boa-fé ou de má-fé;
- B) um estado psicológico pelo qual o agente, de forma crédula, desconhece as reais circunstâncias do ato praticado;
- C) tendo conteúdo idêntico ao da boa-fé subjetiva;
- D) norma de conduta de acordo com os ideais de honestidade e lealdade, devendo as partes contratuais agir conforme um modelo de conduta social, sempre respeitando a confiança e os interesses do outro.



**25. A respeito da atuação do Ministério Público no Processo Civil, assinale a alternativa CORRETA:**

- A) O Ministério Público tem legitimidade para recorrer nos processos em que atua como parte, mas não detém legitimidade para e recorrer naqueles em que atua como fiscal da lei.
- B) O Ministério Público, intervindo como fiscal da lei, terá vista dos autos depois das partes, sendo intimado de todos os atos do processo.
- C) O Ministério Público gozará de prazos em quádruplo para recorrer.
- D) O Ministério Público, intervindo como fiscal da lei, não pode requerer diligências com intuito de comprovar a verdade de fatos relevantes para a causa.

**26. Relativamente ao início da contagem do prazo para apresentação de resposta, em ação que tramita pelo rito comum ordinário, assinale a alternativa CORRETA:**

- A) Em se tratando de citação por oficial de justiça, começa a correr o prazo a partir do dia do cumprimento da diligência.
- B) Em se tratando de citação postal, começa a correr o prazo a partir da data da assinatura do aviso de recebimento.
- C) Em se tratando de citação por carta precatória, começa a correr o prazo no dia em que a carta é devolvida ao juízo de origem.
- D) Em se tratando de citação por edital, começa a correr o prazo quando finda a dilação estabelecida pelo Juiz.

**27. A capacidade é um dos pressupostos processuais. Assim, caso o juiz verifique que uma das partes é incapaz ou há irregularidade em sua representação, deverá suspender o processo e marcar prazo razoável para que**

**o defeito seja sanado. Não cumprida a determinação judicial,**

- A) Se o vício se referir ao autor, deve o juiz decretar a nulidade do processo.
- B) Se o vício se referir ao autor, deve o juiz proferir o julgamento antecipado da lide.
- C) Se o vício se referir ao terceiro, deve o juiz julgar antecipadamente a lide.
- D) Se o vício se referir ao réu, deve o juiz julgar antecipadamente a lide.

**28. A respeito do processo de execução, assinale a alternativa CORRETA.**

- A) A sentença arbitral, a letra de câmbio, a nota promissória e a duplicata são títulos executivos extrajudiciais.
- B) O exequente poderá, no ato da distribuição, obter certidão comprobatória do ajuizamento da execução, para fins de averbação no registro de imóveis, de veículos ou outros bens sujeitos a penhora ou arresto.
- C) O executado que, intimado, não indica ao juiz a localização de seus bens, não pratica ato atentatório à dignidade da justiça.
- D) A ausência de liquidez não impede a instauração do processo de execução.

**29. As medidas cautelares estão expressamente previstas no CPC como forma de instrumentalizar a tutela, tendo natureza eminentemente acessória.**

**Assinale a alternativa que apresente uma regra que disciplina a concessão de medidas cautelares.**

- A) o Juiz, como regra, deve deferir medidas cautelares sem a prévia audiência do requerido.
- B) o direito brasileiro admite apenas medidas cautelares incidentais, sendo vedado o uso de medidas prévias.
- C) interposto recurso nos autos principais, fica vedado o requerimento de cautelares.
- D) salvo decisão em contrário, a cautelar conserva sua eficácia mesmo durante o período de suspensão do processo principal.

**30. Assinale a alternativa que aponte uma marca característica correta dos procedimentos ESPECIAIS do sistema processual civil Brasileiro,**

- A) só se forma coisa julgada em ações populares julgadas procedentes, após a aplicação do duplo grau de jurisdição, medida que tem por objetivo preservar os interesses da Fazenda Pública eventualmente condenada.
- B) a sentença proferida pelo juiz na interdição faz coisa julgada material.

- C) Numa ação de reintegração de posse em que o esbulho ocorreu há menos de 1 ano e 1 dia, ao examinar o pedido de liminar constante da petição inicial, o juiz deve deferir de plano, sem ouvir o réu, se a petição inicial estiver devidamente instruída e sendo a ação entre particulares.
- D) Na ação monitoria, é possível pleitear-se o cumprimento de obrigação de fazer.



**31. Com base nas disposições da Lei nº 11.101/2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, analise as proposições abaixo e indique a alternativa CORRETA.**

- I - Não são exigíveis do devedor, na recuperação judicial ou na falência, as obrigações a título gratuito e as despesas que os credores fizeram para tomar parte na recuperação judicial ou na falência, inclusive, as custas judiciais decorrentes de litígio com o devedor.
- II - É competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial, deferir a recuperação judicial ou decretar a falência o juízo do local do principal estabelecimento do devedor ou da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil.
- III - É permitido pleitear, perante o administrador judicial, habilitação, exclusão ou modificação de créditos derivados da relação de trabalho, mas as ações de natureza trabalhista serão processadas perante a justiça especializada até a apuração do respectivo crédito, que será inscrito no quadro geral de credores pelo valor determinado em sentença.
- IV - As disposições da Lei nº 11.101/2005 aplicam-se também às empresas públicas e às sociedades de economia mista visto que possuem natureza de pessoa jurídica de direito privado.
- V - A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor, o que não se aplica, contudo, aos credores particulares dos sócios, sejam solidários ou não à sociedade, em vista da distinção dentre as pessoas dos sócios e da sociedade, bem como de seus respectivos patrimônios.

- A) Apenas as proposições I, II e III estão corretas e as demais estão incorretas.
- B) Apenas as proposições II e III estão corretas e as demais estão incorretas.
- C) Apenas as proposições II, III e V estão corretas e as demais estão incorretas.
- D) Apenas as proposições I, II e IV estão corretas e as

demais estão incorretas.

**32. Sobre a letra de câmbio é CORRETO afirmar que:**

- A) deve ser emitida em modelo padronizado, sendo nula se emitida em qualquer papel, ainda que preenchidos os requisitos legais;
- B) é inadmissível sua emissão em moeda estrangeira;
- C) apresentada a letra ao sacado, este pode pedir nova apresentação no prazo de 10 (dez) dias, a fim de refletir sobre o lançamento ou não do aceite, o qual se denomina "prazo de respiro";
- D) se for emitida ou aceita com omissões, ou em branco, pode ser completada pelo credor de boa-fé antes da cobrança ou do protesto.

**33. Publicados os atos relativos à incorporação de uma sociedade por outra, o credor anterior, por ela prejudicado, terá qual prazo para promover judicialmente a anulação?**

- A) 45 dias.
- B) 30 dias.
- C) 06 meses.
- D) 90 dias.

**34. No tocante à patenteabilidade, é CORRETO afirmar:**

- A) As concepções puramente abstratas considerar-se-ão invenção, ou modelo de utilidade, se relativas a técnicas e métodos operatórios ou cirúrgicos, bem como métodos terapêuticos ou de diagnóstico, para aplicação no corpo humano ou animal.
- B) Consideram-se invenção ou modelo de utilidade as obras literárias, arquitetônicas, artísticas e científicas, bem como os programas de computador em si.
- C) São patenteáveis as substâncias, matérias, misturas, elementos ou produtos de qualquer espécie, bem como a modificação de suas propriedades físico-químicas e os respectivos processos de obtenção ou modificação, quando resultantes de transformação do núcleo atômico.
- D) Não são patenteáveis o todo ou parte dos seres vivos, exceto os micro-organismos transgênicos que atendam aos três requisitos de patenteabilidade, quais sejam, novidade, atividade inventiva e aplicação industrial, e que não sejam mera descoberta.



**DIREITO PENAL**  
Geovane Moraes

**35. Assinale a alternativa INCORRETA:**

- A) Considera-se garantidor, dentre outras possibilidades, quem tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância.
- B) O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime, quando evitável, exclui o dolo, não permitindo sua punição por crime culposo.
- C) O erro de tipo essencial ocorre quando o agente pratica uma conduta acreditando que esta não se enquadra em nenhuma definição legal.
- D) Quando o erro de tipo for inevitável (invencível) o dolo e a culpa são excluídos, assim não há que se falar em tipicidade.

**36. O Direito Penal brasileiro, adota a teoria tripartida para conceituar analiticamente o crime, reconhecendo a tipicidade, ilicitude e culpabilidade como elementos constitutivos e indissociáveis, que devem ser aferidos de forma progressiva e cumulativa. Assim sendo, nem toda conduta típica será ilícita, posto que existem causas de exclusão da ilicitude.**

**As alternativas a seguir apresentam causas que excluem a ilicitude, de acordo com o Código Penal, à exceção de uma. Assinale-a.**

- A) Legítima Defesa.
- B) Obediência hierárquica.
- C) Estricto cumprimento de dever legal.
- D) Exercício regular de direito.

**37. O Código Penal brasileiro, adotou a regra do concurso formal perfeito objetivando beneficiar o agente que, mediante uma única conduta, pratica dois ou mais crimes. Em sendo reconhecida tal situação, deverá o magistrado proceder a dosimetria individualizada da pena por cada delito e observar as penas obtidas. Ato contínuo deverá, regra geral:**

- A) Tomar uma delas, quando idênticas, e exasperar de 1/6 a 2/3
- B) Tomar a menor delas, quando distintas, e exasperar de 1/6 a 1/2
- C) Tomar a maior dentre elas, quando distintas, e exasperar de 1/3
- D) Tomar uma delas, quando idênticas, e exasperar de 1/6 a 1/2

**38. Com relação aos critérios para substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, assinale a alternativa CORRETA.**

- A) A substituição não poderá, em nenhuma hipótese, ocorrer se o réu for reincidente em crime doloso.
- B) No caso do réu condenado a pena não superior a 4 (quatro) anos, não poderá fazer jus à substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direito, caso o crime seja doloso e praticado com emprego de violência ou grave ameaça a pessoa.
- C) Em caso de descumprimento injustificado da pena restritiva de direitos, esta será convertida em privativa de liberdade, reiniciando-se o cumprimento da integralidade da pena fixada em sentença.
- D) A perda de bens e valores do condenado dar-se – à em favor da vítima do delito, ressalvada a legislação especial pertinente ao caso.

**39. Felipe, conduzindo seu veículo automotor em velocidade superior à máxima permitida para a via – 50km/h –, pratica o crime de lesões corporais culposas em virtude da sua não observância ao dever objetivo de cuidado no trânsito. De acordo com a situação descrita assinale a alternativa CORRETA.**

- A) Por se tratar a lesão corporal culposa praticada na direção de veículo automotor de uma infração de menor potencial ofensivo, Felipe não poderá, em regra, ser autuado em flagrante delito.
- B) Felipe responderá pelo crime de lesão corporal culposa, tipificado ao teor do artigo 129, § 5º, do Código Penal Brasileiro.
- C) Pelo fato de Felipe estar conduzindo o seu veículo em velocidade superior à máxima permitida, o juiz poderá reconhecer o dolo eventual.
- D) A pena a que Felipe estará sujeito não se alterará se a lesão corporal culposa for praticada em faixa de pedestres ou mesmo na calçada.

**40. Luciano, numa tarde de sábado, percebe que está sem dinheiro, pois gastara tudo em jogos. Desse modo, resolve então praticar um assalto. Para conseguir seu intento, esconde-se atrás de um veículo que estava estacionado na rua e fica à espera de uma vítima. Após horas de espera, por volta das 22:30, Ana, que retornava da faculdade, passa em frente ao carro onde Luciano estava escondido. Aproveitando-se da distração de Ana e fingindo estar armado, coloca a mão em baixo da camisa, salta à frente de Ana e mediante uma grave ameaça subtrai-lhe a bolsa com documentos, dinheiro e os livros, e sai correndo com todos os pertences da jovem. Diante da situação apresentada, analise a conduta praticada por Luciano.**

- A) Roubo simples tipificado ao teor do artigo 157, caput, do Código Penal.



- B) Roubo qualificado, previsto ao teor do artigo 157, § 1º, Código Penal.  
C) Furto qualificado mediante fraude, tipificado ao teor do artigo 155, § 4º, II, Código Penal.  
D) Furto famélico.



**DIREITO PROCESSUAL PENAL**  
Ana Cristina

**41. Nos termos da Lei nº 9.099/1995, assinale a afirmativa CORRETA:**

- A) Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo por dois a quatro anos, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena.  
B) A Lei n.º 9.099/1995 prevê, expressamente, a possibilidade de que os institutos da composição civil dos danos e da transação penal sejam oportunizados perante o Tribunal do Júri nos casos em que há conexão entre infração de menor potencial ofensivo e crime doloso contra a vida.  
C) Uma vez aceita e imposta a transação penal, o autor da infração não poderá ser considerado reincidente, mas poderá ser impedido de obter o mesmo benefício no prazo de cinco anos e, caso não cumpra a transação penal, o ofendido poderá executá-la no juízo cível.  
D) Nos crimes de ação penal pública condicionada à representação, o não oferecimento da representação em audiência preliminar implica a decadência do direito e a consequente extinção da punibilidade do autor do fato.

**42. Quanto à revisão criminal, é CORRETO afirmar:**

- A) pode ser requerida em qualquer tempo, mas apenas antes da extinção da pena.  
B) não se presta a modificar a pena.  
C) é aceita no caso de sentença absolutória imprópria.  
D) obriga o recolhimento à prisão para ser requerida.

**43. No tocante à interceptação das comunicações telefônicas, marque a CORRETA:**

- A) nos termos da legislação pertinente, o prazo para sua duração deve, regra geral, corresponder a no máximo 10 dias, com possibilidade de renovação por igual tempo uma vez comprovada a indispensabilidade do meio de prova.

- B) os trechos de conversas interceptadas que não interessarem à prova do crime deverão ser imediatamente destruídas pela autoridade policial.  
C) a violação do sigilo telefônico é admitida constitucionalmente, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer, como meio de prova de processo de qualquer natureza.  
D) não será admitida quando o fato investigado constituir infração punida, no máximo, com pena de detenção.

**44. Acerca da ação civil ex delicto, é CORRETO afirmar:**

- A) Transitada em julgado a sentença condenatória, a execução poderá ser efetuada pelo valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido, fixado pelo Juiz na decisão condenatória, sem prejuízo da liquidação para a apuração do dano efetivamente sofrido.  
B) A execução da sentença penal condenatória, para efeito da reparação do dano, é ato personalíssimo do ofendido e não se estende aos seus herdeiros.  
C) A ação para ressarcimento do dano não poderá ser proposta no juízo cível contra o autor do crime e o responsável civil enquanto pendente ação penal para apuração dos mesmos fatos.  
D) De acordo com o Código de Processo Penal, a decisão que julga extinta a punibilidade é causa impeditiva da propositura da ação civil.

**45. Marcelo, que cumpria pena por estelionato em regime semiaberto, com direito à prestação de trabalho externo, ao sair do trabalho para retornar ao presídio, cometeu crime de roubo. Preso em flagrante, após ter sido alvejado por disparos de arma de fogo durante tentativa de fuga, Marcelo foi denunciado pelo roubo. Recebida a denúncia, o oficial de justiça dirigiu-se ao hospital para proceder à citação do réu, constatando que o mesmo se tornara inimputável por lesão decorrente dos disparos, não tendo, portanto, condições de receber a citação. Nessa situação hipotética,**

- A) além da substituição da pena imposta a Marcelo pelo crime de estelionato por medida de segurança, deve o juiz determinar o prosseguimento do processo de conhecimento do crime de roubo e nomear curador ao réu, visto que, no momento da prática do delito, ele era imputável.  
B) deve o juiz nomear curador a Marcelo e determinar o prosseguimento do processo, visto que, no momento da prática de ambos os delitos (estelionato e roubo), ele era imputável.  
C) deve o juiz executar a pena prevista para o crime de estelionato, uma vez que, no momento da prática desse delito, Marcelo era imputável; deve, ainda, o juiz dar

prosseguimento ao processo de conhecimento do crime de roubo e nomear curador a Marcelo, a fim de lhe ser aplicada medida de segurança.

D) deve o juiz substituir a pena decorrente do crime de estelionato por medida de segurança e suspender o processo de conhecimento do crime de roubo.

**46. Quanto à assistência da acusação, é CORRETO afirmar que:**

A) do despacho que admitir, ou não, o assistente, não caberá impugnação por qualquer meio, segundo a doutrina e a jurisprudência.

B) pode propor meios de prova, dispensada a oitiva do Ministério Público acerca de sua realização.

C) o corréu pode intervir como assistente.

D) o prazo para o assistente recorrer supletivamente começa a correr imediatamente após o transcurso do prazo do Ministério Público.



**DIREITOS HUMANOS**  
Flávia Bahia

**47. Para fins do Estatuto da Igualdade Racial - Lei Federal nº 12.288/2010, desigualdade racial**

A) é toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica.

B) é a assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre negros e os demais segmentos sociais.

C) consiste em praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

D) consiste na propaganda de ideias ou teorias baseadas na superioridade de uma raça ou de um grupo de pessoas, de uma certa cor ou de uma certa origem étnica ou que pretendam justificar ou encorajar qualquer forma de ódio e de discriminação raciais.

**48. O princípio da dignidade da pessoa humana**

A) não está previsto constitucionalmente, mas consta do chamado Pacto de São José da Costa Rica.

B) está previsto constitucionalmente como um dos fundamentos da República e constitui um núcleo essencial de irradiação dos direitos humanos.

C) está previsto constitucionalmente como um dos objetivos da República e possui grande centralidade no reconhecimento dos direitos humanos, mas não tem reflexo direto na atuação criminal do Ministério Público.

D) não está previsto constitucionalmente.

**49. O caso conhecido como "Campo Algodonero", julgado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos em 16 de novembro de 2009 (exceção preliminar, fundo, reparações e custas), tornou-se célebre por tratar**

A) da violência estrutural de gênero (feminicídio).

B) dos direitos humanos dos trabalhadores ilegais.

C) do impacto do uso intensivo de agrotóxicos sobre o meio ambiente natural.

D) do primeiro caso decorrente de uma comunicação apresentada por um Estado-parte em face de outro perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

**50. O Direito fundamental à moradia pertence à:**

A) primeira geração de direitos fundamentais.

B) segunda geração de direitos fundamentais.

C) terceira geração de direitos fundamentais.

D) quarta geração de direitos fundamentais.



**DIREITO CONSTITUCIONAL**  
Flávia Bahia

**51. A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), regulada pela Lei nº 9.868/99, tem por objeto lei ou ato normativo federal ou estadual que viole a Constituição. Com base no legalmente disposto sobre a ADI, assinale a opção CORRETA.**

A) A decisão de indeferimento liminar da petição inicial é irrecorrível.

B) Lei distrital de natureza municipal não pode ser objeto de ADI.

C) A decisão proferida em ADI produzirá sempre efeitos erga omnes e ex tunc.

D) O Advogado Geral da União pode propor ADI perante o STF.

**52. A Constituição de 1988 proíbe qualquer discriminação, por lei, entre brasileiros natos e naturalizados, exceto os casos previstos pelo próprio texto constitucional. Nesse sentido, é correto afirmar que somente brasileiro nato pode exercer cargo de:**

- A) Desembargador do Tribunal de Justiça.
- B) Ministro da Cultura.
- C) Deputado Federal.
- D) Presidente do Senado Federal.

**53. Sobre as comissões parlamentares de inquérito, assinale a alternativa correta:**

- A) É possível a criação de CPIs no âmbito estadual e distrital, mas vedada a criação em âmbito municipal.
- B) As comissões parlamentares de inquérito não podem requisitar aos órgãos públicos documentos e informações necessárias à investigação.
- C) Os magistrados podem ser convocados para falar em sede de CPI, desde que para tratar de questões administrativas e não jurisdicionais, sob pena de ofensa ao princípio da separação de Poderes.
- D) A imunidade material dos parlamentares ficará suspensa quando convocados para prestarem depoimento em sede de CPI.

**54. No que se refere aos remédios constitucionais, assinale a opção CORRETA.**

- A) a ação popular pode ser ajuizada por qualquer pessoa.
- B) não se permite controle incidental de inconstitucionalidade na ação civil pública tendo em vista que significaria usurpação de competência do STF.
- C) o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado pelos mesmos legitimados ativos do mandado de injunção coletivo.
- D) o habeas corpus é o remédio adequado para defender o direito de reunião.

**55. Sobre as medidas provisórias, assinale a alternativa CORRETA:**

- A) A medida provisória não pode dispor sobre direito processual penal e direito eleitoral.
- B) A espécie normativa perde eficácia se não for convertida em lei no prazo de 50 dias, prorrogável por mais 30 dias.
- C) Excepcionalmente, é possível reeditar a medida provisória na mesma sessão legislativa em que foi rejeitada.
- D) A medida provisória não pode ser declarada inconstitucional no controle concentrado de constitucionalidade, pois é uma norma "precária".

**56. As imunidades são normas negativas de competência tributária, figurando na constituição, ainda, como limitações constitucionais ao poder de tributar. Sobre as imunidades, é CORRETO afirmar que:**

- A) são identificadas no texto constitucional justamente pelo uso da expressão imunidade, não se podendo considerar como imunidades as vedações ou proibições de tributação referidas pelo texto constitucional como isenção ou não incidência, na medida em que se trata de institutos diversos.
- B) as imunidades constam em diversos artigos do texto constitucional, e, conforme o dispositivo, dizem respeito a impostos, a contribuições ou mesmo a taxa, não se podendo, onde a imunidade é relativa a impostos, pretender estendê-la a outras espécies tributárias.
- C) as imunidades tributárias a impostos em favor dos templos e das entidades educacionais sem fins lucrativos são incondicionadas.
- D) a imunidade recíproca a impostos tem caráter subjetivo, alcançando tão somente os entes políticos e suas autarquias, jamais se podendo estendê-la às empresas públicas e às sociedades de economia mista, para as quais o texto constitucional inclusive veda privilégios fiscais.

**57. No que concerne à responsabilidade tributária, sabe-se que são solidariamente obrigadas:**

- I. As pessoas que tenham interesses comuns na situação que constitua o fato gerador da obrigação.
  - II. As pessoas expressamente designadas por lei.
- Assinale a alternativa que RETRATA a veracidade do princípio da solidariedade.

- A) O pagamento efetuado por um dos obrigados não aproveita aos demais.
- B) A isenção ou a remissão de crédito exonera todos os obrigados, mesmo que outorgada pessoalmente a um deles.
- C) A interrupção da prescrição em favor ou contra um dos obrigados, não favorece e nem prejudica aos demais.
- D) A interrupção da prescrição em favor ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica os demais.

**58. Estado pretende dar aplicação a ato ou fato pretérito em face de lei nova tributária de caráter expressamente interpretativo com a finalidade de prescrever penalidade à infração dos dispositivos normativos por ela interpretados. Com base no Código Tributário Nacional, considere as seguintes afirmações:**

- I. Correto o entendimento do Estado, tendo em vista que a lei aplica-se a ato ou fato pretérito em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa.
- II. Equivocado o entendimento do Estado, pois a possibilidade



**DIREITO TRIBUTÁRIO**  
Josiane Minardi

de aplicação pretérita só ocorreria tratando-se de ato não definitivamente julgado.

III. Equivocado o entendimento do Estado, pois nesse caso deve ser excluída a aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- A) II e III.
- B) I.
- C) II.
- D) III.

**59. Com relação ao crédito tributário e de acordo com o Código Tributário Nacional, traz SOMENTE uma modalidade de suspensão, uma de extinção e uma de exclusão:**

- A) consignação em pagamento, nos termos do disposto no parágrafo segundo do artigo 164 do CTN, conversão de depósito em renda e anistia.
- B) isenção, remissão e decadência.
- C) anistia, pagamento e compensação.
- D) transação, moratória e anistia.

**60. Pedro adquire imóvel de João, que o alugava anteriormente a uma sociedade empresária. Sobre esse imóvel estavam pendentes de pagamento os seguintes tributos: o IPTU, a Contribuição de Melhoria, a Taxa de Coleta Domiciliar de Lixo e a Taxa de Inspeção Sanitária devida pelo exercício do poder de polícia, em função da atividade ali desenvolvida. Com relação à responsabilidade tributária, assinale a afirmativa CORRETA:**

- A) Pedro só se torna responsável tributário do IPTU, da Taxa de Coleta Domiciliar de Lixo e da Contribuição de Melhoria, permanecendo João como sujeito passivo da Taxa de Inspeção Sanitária.
- B) Pedro só se torna responsável tributário do IPTU e da Taxa de Coleta Domiciliar de Lixo, permanecendo João como sujeito passivo da Taxa de Inspeção Sanitária e da Contribuição de Melhoria.
- C) Pedro é o responsável tributário de todos os tributos, devido à sucessão imobiliária.
- D) João continua sendo o sujeito passivo de todos os tributos, muito embora o imóvel tenha sido adquirido por Pedro.



**61. Com relação ao direito do consumidor, assinale a opção CORRETA.**

- A) A *disregard doctrine* não tem aplicação no Código de Defesa do Consumidor.
- B) A teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica, adotada excepcionalmente no direito do consumidor, aplica-se com a mera prova de insolvência da pessoa jurídica para o pagamento de suas obrigações.
- C) Demonstrando os sócios e/ou administradores da pessoa jurídica uma administração isenta de culpa ou dolo, ficam isentos de qualquer responsabilidade por eventual dano causado ao consumidor por ela.
- D) A teoria maior da desconsideração da personalidade jurídica, adotada como regra geral pelo Código de Defesa do Consumidor, exige, além da demonstração de estar a pessoa jurídica insolvente para cumprir suas obrigações, também prova do desvio de finalidade, ou a demonstração de confusão patrimonial.

**62. A notificação do consumidor, nos termos do parágrafo 2.º do artigo 43 do Código de Defesa do Consumidor, antes de uma futura inscrição de seu nome no Cadastro de Proteção ao Crédito, cabe:**

- A) ao credor e ao órgão mantenedor do Cadastro de Proteção ao Crédito.
- B) ao credor, exigindo-se o aviso de recebimento na carta de comunicação ao consumidor.
- C) ao órgão mantenedor do Cadastro de Proteção ao Crédito.
- D) somente ao credor.



**63. Teobaldo Garcia, advogado regularmente inscrito na OAB/SP, viu-se afrontado por sua cliente, que o acusava da prática de crime que ela cometeu. Em defesa própria, Teobaldo não teve outra solução, senão revelar o segredo profissional, provando que não era culpado. Diante desta situação hipotética, a conduta de Teobaldo, de acordo com o Código de Ética e Disciplina da OAB:**

- A) Não foi lícita, pois o sigilo profissional é inerente à profissão, impondo-se seu respeito em qualquer situação, sem exceções.
- B) Não foi lícita, pois o sigilo profissional é inerente à profissão, impondo-se seu respeito em qualquer situação, salvo apenas na hipótese de grave ameaça ao direito à vida;

C) Foi lícita, pois não constitui obrigação do advogado observar o sigilo profissional;

D) Foi lícita, pois o sigilo profissional é inerente à profissão, impondo-se seu respeito em qualquer situação, salvo grave ameaça ao direito à vida, à honra, ou quando o advogado se veja afrontado pelo próprio cliente e, em defesa própria, tenha que revelar segredo.

**64. Joselda Pires, advogada recém-formada foi contratada para ser advogada de uma empresa de telefonia no Estado de Minas Gerais, tendo sua Carteira de Trabalho assinada em 17 de outubro de 2014.**

**Diante do caso narrado e de acordo com as normas estatutárias (Lei 8.906/94) e o Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a alternativa CORRETA:**

A) A relação de emprego, na qualidade de advogado, retira a isenção técnica e reduz a independência profissional inerentes à advocacia.

B) O salário do advogado será fixado em sentença normativa, salvo se houver lei municipal estipulando de forma diversa.

C) A jornada de trabalho do advogado empregado, no exercício da profissão, não poderá exceder a duração diária de quatro horas contínuas e a de vinte horas semanais, salvo acordo ou convenção coletiva ou em caso de dedicação exclusiva.

D) Em caso de dedicação exclusiva, serão remuneradas como extraordinárias as horas trabalhadas que excederem a jornada normal de 6 (seis) horas diárias.

**65. De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) e quanto ao Estatuto da Advocacia, assinale a opção CORRETA.**

A) É direito do advogado não ser recolhido preso, antes de sentença transitada em julgado, senão em sala de Estado Maior, com instalações e comodidades condignas, assim reconhecidas pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e, na falta dessas, ser aplicada prisão domiciliar.

B) É direito do advogado sustentar oralmente, após o voto do relator, em julgamentos de recursos nos tribunais superiores, pelo prazo de até 15 minutos.

C) É direito do advogado ter respeitada a inviolabilidade de seu escritório ou local de trabalho, de seus arquivos e dados e sua correspondência e de suas comunicações, salvo caso de busca e apreensão determinada por magistrado e acompanhada de representante da OAB.

D) É prescindível a presença de representante da OAB quando um advogado é preso por motivo ligado ao exercício da advocacia, bem assim, nos casos de crime comum, a comunicação à OAB.

**66. Clarice Cayra, Omero Cayra e Júlia Cayra, trigêmeos, ingressaram juntos no curso de Direito da Universidade Federal do Estado Y, tendo concluído também juntos o aludido curso e obtido aprovação no XII Exame de Ordem. Todos já estão, atualmente, inscritos no quadro de advogados da OAB.**

**Clarice fez a segunda fase do Exame de Ordem na área tributária; Omero, na área penal e Júlia na área trabalhista.**

**Assim, resolvem constituir uma sociedade de advogados.**

**No tocante ao tema, assinale a opção CORRETA.**

A) Os irmãos podem registrar a sociedade na OAB, colocando o nome do escritório de "Irmãos Gênios, Advogados".

B) Os irmãos podem registrar a sociedade na OAB, colocando o nome do escritório de "Clarice Cayra e advogados S.A.".

C) Os irmãos podem registrar a sociedade na OAB, colocando o nome do escritório de "Clarice Cayra e advogados S.C.".

D) Os irmãos podem registrar a sociedade na OAB, colocando o nome do escritório de "Clarice Cayra, advocacia".

**67. Em relação ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, assinale a opção CORRETA.**

(A) é o órgão competente para autorizar a instalação de cursos jurídicos no Brasil, inclusive promovendo a recomendação das instituições com melhor aproveitamento nos exames de ordem.

(B) Compete elaborar a lista sêxtupla para indicação dos advogados que concorrerão à vaga de desembargador do Tribunal de Justiça dos Estados.

(C) O voto nas deliberações do Conselho Federal é tomado por cada delegação estadual.

(D) O presidente do Conselho Federal tem direito apenas a voz nas deliberações do conselho.

**68. Conforme as disposições relativas a mandato judicial previstas no Código de Ética e Disciplina da OAB, julgue os itens subsequentes.**

I - O advogado deve informar o cliente, de forma clara e inequívoca, quanto a eventuais riscos da sua pretensão, mas não das consequências que poderão advir da demanda.

II - A conclusão ou desistência da causa, com ou sem a extinção do mandato, obriga o advogado à devolução de bens, valores e documentos recebidos no exercício do mandato, e à pormenorizada prestação de contas, não excluindo outras prestações solicitadas, pelo cliente, a qualquer momento.

III - Concluída a causa ou arquivado o processo, presumem-se o cumprimento e a cessação do mandato.

Assinale a opção CORRETA.

- A) Apenas o item I está certo;
- B) Apenas o item III está certo;
- C) Apenas os itens I e III estão certos;
- D) Apenas os itens II e III estão certos.

**69. Gerúndio, contador, e Julivândio, engenheiro mecânico, por não disporem dos recursos financeiros necessários à constituição de advogado, resolveram ingressar em juízo pessoalmente. Aquele impetrou *habeas corpus* em favor de seu irmão Participípio, e este ingressou com ação no juizado especial cível. Em face dessa situação hipotética, assinale a opção CORRETA.**

- A) Para ingressar com ação no juizado especial cível sem constituir advogado, é necessário que se comprove formação universitária;
- B) Apenas na impetração de *habeas corpus* é possível ingressar em juízo pessoalmente, prescindindo-se da constituição de advogado;
- C) Em ambas as circunstâncias descritas, seria impossível ingressar em juízo sem constituir advogado.
- D) Tanto na impetração de *habeas corpus* quanto no juizado especial cível, em causas cujo valor seja inferior a vinte salários mínimos, é possível ingressar em juízo pessoalmente, prescindindo-se da constituição de advogado;

**70. Quanto ao tema de incompatibilidades e impedimentos dos advogados, nos termos do Estatuto da Advocacia e da OAB, assinale a opção CORRETA.**

- A) O impedimento implica proibição parcial para o exercício da advocacia, como é o caso dos membros do Poder Judiciário.
- B) Os militares da Aeronáutica, por integrarem a administração federal direta, são impedidos de advogar contra a União, mas não, contra as entidades da administração federal indireta.
- C) Os coordenadores acadêmicos e os professores de Direito nas universidades públicas federais não são impedidos de advogar contra a União.
- D) Os Juízes Eleitorais podem exercer a advocacia, exceto na Justiça do Trabalho, por ser "Justiça Especializada", como a Justiça Eleitoral.

**71. Aguilido, advogado regularmente inscrito na OAB/DF, tomou posse em cargo público comissionado, demissível *ad nutum*, para exercer, em Brasília – DF, a função de diretor jurídico de uma autarquia federal.**

**Neste caso, Aguilido deve, com relação a sua inscrição na OAB,**

- A) ser licenciado de ofício, por ingresso em cargo público;
- B) solicitar cancelamento, por perder um dos requisitos necessários para a inscrição;
- C) mantê-la, pois a referida função é atividade privativa de advogado;
- D) solicitar suspensão por tempo indeterminado, devendo essa suspensão se estender pelo período em que estiver ocupando o referido cargo.

**72. A respeito da Conferência Nacional dos Advogados (CNA), assinale a opção correta à luz do Regulamento Geral e do Estatuto da Advocacia e da OAB.**

- A) Os advogados inscritos na CNA são considerados seus membros efetivos, com direito a voto;
- B) A CNA é órgão consultivo máximo do Conselho Federal da OAB, tendo por objetivo a eleição do presidente e da diretoria desse Conselho;
- C) A Conferência é dirigida por uma Comissão Organizadora, designada pelo Secretário-Geral do Conselho, por ele presidida e integrada pelos membros da Diretoria e outros convidados.
- D) As conclusões da CNA são compiladas em atos normativos de cumprimento obrigatório pelos conselhos seccionais da OAB.



**73. Carlos é pai de Ana, de dez anos e de Joana, de quinze anos. Considerando que Janete, de 24 anos, tia das meninas, vai viajar do Rio de Janeiro para São Paulo, e quer levar as sobrinhas para um passeio, é CORRETO afirmar que:**

- A) Janete poderá viajar com ambas as sobrinhas, sem qualquer tipo de autorização
- B) Janete poderá viajar com Joana sem autorização, mas deverá portar autorização judicial para viajar com Ana
- C) Janete precisará da autorização de Carlos, com firma reconhecida, para viajar com ambas as sobrinhas
- D) Janete precisará de autorização judicial para viajar com ambas as sobrinhas

**74. No que tange à adoção, é CORRETO afirmar que:**

- A) Como medida de proteção, é excepcional, rompendo todos os vínculos com a família biológica, inclusive no que tange aos impedimentos matrimoniais
- B) atribui a condição de filho ao adotado, que terá direito de conhecer sua origem biológica, mesmo sendo menor de dezoito anos
- C) considera-se adoção unilateral a realizada por uma só pessoa, que deve ser solteira
- D) avós e tios não podem adotar.



**75. Sobre os elementos de conexão no Brasil estabelecidos na Lei de Introdução a Norma dos Direitos Brasileiros, assinale a afirmativa INCORRETA.**

- A) A lei do país em que domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.
- B) Para qualificar os bens e regular as relações a eles concernentes, aplicar-se-á a lei do país em que estiverem situados.
- C) Para qualificar e reger as obrigações, aplicar-se-á a lei do país em que se constituírem.
- D) Tendo os nubentes domicílio diverso, regerá os casos de invalidade do matrimônio a lei do local de celebração do matrimônio.

**76. Sr. Fuleco é brasileiro nato e resolveu morar no País Esperança. Como requisito para contrair matrimônio com uma nacional do país estrangeiro, Sr. Fuleco teve que renunciar a sua nacionalidade brasileira. De acordo com as normas constitucionais vigentes, assinale a afirmativa CORRETA.**

- A) Sr. Fuleco não poderá readquirir a sua nacionalidade brasileira.
- B) A Constituição Federal de 1988 permite a reaquisição da nacionalidade brasileira do Sr. Fuleco por meio de uma ação rescisória.
- C) Sr. Fuleco não perderá a nacionalidade brasileira.
- D) Sr. Fuleco poderá readquirir a nacionalidade com a condição de brasileiro naturalizado, segundo unanimidade da doutrina nacional.



**77. Sobre a proteção florestal e a Lei 12.6551/2012 (Código Florestal), assinale a alternativa CORRETA:**

- A) O Cadastro Ambiental Rural é o registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento.
- B) Uma propriedade localizada no Estado de São Paulo terá, ao menos, reserva legal de 30% da sua área.
- C) As áreas de preservação permanente não poderão ser exploradas nem em hipóteses de utilidade pública.
- D) Em regra, é permitido o uso do fogo na vegetação, salvo disposição legal em sentido contrário.

**78. Sobre os princípios ambientais e a responsabilidade pela reparação do dano ambiental, assinale a alternativa CORRETA:**

- A) O Princípio da Prevenção trabalha com controvérsia científica, devendo a dúvida militar em favor do meio ambiente.
- B) A responsabilidade civil por danos ambientais é, em regra, subjetiva, podendo ser objetiva nas atividades de risco.
- C) Admite-se a responsabilidade civil por danos ambientais sem o nexo causal, na hipótese de obrigação propter rem.
- D) O dano ambiental está sujeito à prescrição de 20 anos.



**79. O utilitarismo é uma filosofia moderna que conquistou muitos adeptos nos séculos XIX e XX, inclusive no pensamento jurídico. As principais características do utilitarismo são:**

- A) convencionalismo, consequencialismo e antifundacionalismo.
- B) consequencialismo, transcendentalismo e fundacionalismo.
- C) convencionalismo, materialismo e fatalismo.
- D) mecanicismo, fatalismo e antifundacionalismo.

**80. A hermenêutica aplicada ao direito formula diversos modos de interpretação das leis. A interpretação que leva em consideração principalmente os objetivos para os quais um diploma legal foi criado é chamada de:**

- A) interpretação restritiva, por levar em conta apenas os objetivos da lei, ignorando sua estrutura gramatical.

- B) interpretação extensiva, por aumentar o conteúdo de significado das sentenças com seus objetivos historicamente determinados.
- C) interpretação autêntica, pois apenas as finalidades da lei podem dar autenticidade à interpretação.
- D) interpretação teleológica, pois o sentido da lei deve ser considerado à luz de seus objetivos.



COMBO XV EXAME DE ORDEM

**XV** EXAME  
DE ORDEM  
**1ª FASE**

UTI 60H

REVISÃO INTENSIVA

**SUPERUTI**  
XV EXAME DE ORDEM  
**ONLINE**

REVISÃO ONLINE

25% DE DESCONTO ATÉ 15 DE SETEMBRO